

PANORAMA VISTO DA PONTE*

José Luis Fiori**

"A centralização consegue, sem esforço, manter no corpo social uma espécie de sonolência administrativa, que os Administradores costumam chamar de boa ordem e tranqüilidade pública. É excelente, em poucas palavras, para impedir, não para construir."

Alexis de Tocqueville

A Democracia na América

1 — Introdução

Como no início do inverno, também a primavera se anuncia com um novo "repunte" inflacionário. E o Governo, uma vez mais, responde ameaçando os agentes econômicos com o "chicote" monetário no mesmo momento em que os convoca a uma nova tentativa de entendimento nacional. Há três meses, um natimorto pacto social foi rapidamente substituído pelo anúncio simultâneo de uma política salarial violentamente restrita e de uma política industrial extremamente vaga e de efeitos imediatos nulos. Hoje, o Governo ressuscita a idéia do pacto, mas já anuncia antecipadamente e põe em prática, concomitantemente, uma abertura comercial de caráter punitivo e o uso progressivo de uma política monetária transformada em **"garrote vil"**, destinado a estrangular a resistência empresarial, culpada pela manutenção das altas taxas de inflação.

Mas a primavera traz uma grande novidade. Anuncia de forma sonolenta a eleição de 27 governadores de Estado, de metade do Senado Federal e da totalidade do Congresso Nacional. A apatia eleitoral, entretanto, não diminui a importância dessas eleições para o futuro do Governo Collor e de seu projeto de estabilização e "modernização" liberal da sociedade e da economia brasileira. Se, durante seis meses, foi possível governar ocupando de forma ousada e voluntarista o espaço criado pelo consenso antiinflacionário e pela falta de idéias alterna-

* Este artigo foi escrito na segunda semana de setembro de 1990.

** Cientista Político, Professor Titular do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

tivas; pelo esvaziamento dos governadores e pela implosão dos dois partidos responsáveis pela transição democrática e pela desastrosa Nova República do Presidente Sarney; e pela desorganização sindical, não é provável que esse quadro se mantenha. A médio prazo, os sindicatos devem se recuperar do desagregador impacto da desindexação salarial, uma nova safra de governadores deverá surgir – legitimada pelo voto recente –, pressionando por recursos que viabilizem várias candidaturas potenciais à Presidência da República, e o quadro partidário deverá recompor-se num Parlamento sem ameaças eleitorais até 1994. Por maior que siga sendo o consenso antiinflacionário, as resistências e oposições devem readquirir musculatura, abrindo espaço para os descontentamentos dos setores sociais e econômicos atingidos pelo avanço arrasador da política governamental de desregulação e privatização da economia. Para tristeza dos que hoje se fascinam com as virtudes apolíticas da ousadia com que o voluntarismo presidencial derrubou velhas barreiras e resistências, não é improvável que elas reapareçam, lentamente talvez, obrigando o Governo a uma ação destrutiva, que pode acabar atingindo o próprio Estado criado pela estratégia desenvolvimentista.

Nesse sentido, as duas faces de setembro são uma só e apontam o mesmo problema que Alexis de Tocqueville já antecipara em suas reflexões sobre o futuro da democracia norte-americana. A apatia pode ser útil à destruição e a uma provincianização conservadora das eleições. Mas certamente não é uma boa aliada de um projeto de reconstrução de uma sociedade e de uma economia abaladas por reformas extremamente profundas e por uma política econômica que tem enorme poder asfixiante e escassas virtudes criadoras. Ou, em outras palavras, sem cooperação dos agentes econômicos, o Governo recuperou a capacidade de destruir, se quiser ou puder, a economia nacional, mas não conseguirá jamais reconstruí-la. E os agentes econômicos dificilmente abandonarão sua postura defensiva enquanto não tiverem claro qual seja o poder político real do Presidente da República para assegurar regras e estabilizar expectativas. E, nesse sentido, contenção inflacionária, concertação social e resultados eleitorais estão estreitamente interligados. O uso preferencial do "chicote" ou da "cenoura", portanto, dependerá enormemente da travessia de uma ponte que se estende entre o 03 de outubro e o 15 de março; como dela depende, também, o complicado entrelaçamento futuro dos caminhos da estabilização das regras políticas e das instituições democráticas e os da estabilização e retomada do crescimento econômico.

Iniciaremos a primavera, portanto, no alto de uma ponte política e econômica que se perde na neblina, mas que, talvez pela sua própria altura, nos permite e obriga a uma reflexão prospectiva indispensável à ação e à nossa necessidade mais elementar de orientação.

2 — Programa econômico

Para efeito de nosso exercício de prospecção, desconsideraremos, em princípio, duas possibilidades extremas, que nos parecem muito pouco prováveis:

- a) a de um sucesso econômico completo e imediato na linha do inevitável discurso oficial, impensável graças à ambição do projeto, às dimensões da crise e à enorme herança de heterogeneidade e desigualdades que caracteriza a sociedade brasileira;
- b) a de um desastre econômico imediato, na forma de uma profunda e rápida "depressão", com destruição acelerada da capacidade produtiva, e/ou de uma volta atrás, provocada por um rápido retorno à hiperinflação.

O mais provável, pelo contrário, é que a evolução do "curto prazo" seja lenta e conflitiva. A previsão de choques esperados e incontroláveis nos preços estratégicos somada à dificuldade de comprimir as margens de lucro num quadro tão heterogêneo e desigual nos sugerem a hipótese de que as pressões inflacionárias se mantenham ainda por um longo período, mesmo que seja com um índice relativamente estável, mas excessivamente elevado para uma economia com salários desindexados. A resistência dos setores privados e de amplos segmentos do setor público nos faz prever, portanto, no "curto prazo", periódicos "repuntes" inflacionários e cíclicos, retomadas da produção, constringendo o novo Congresso Nacional durante sua discussão das reformas institucionais e sua complementação do processo constituinte. Frente a esse quadro, a reação governamental poderá desenhar dois cenários para o desenvolvimento do "tempo curto" da estabilização:

- 1º) se o apelo a uma pactuação social e política não obtiver resposta favorável ou encaminhamento possível, o Governo deverá somar, ao arrocho salarial, uma enorme contenção monetária e o uso punitivo da abertura comercial, entrando em uma linha de enfrentamento aberto com empresários e trabalhadores e produzindo intencionalmente uma recessão cada vez mais aguda, com provável destruição de forças produtivas e progressão geométrica do desemprego. Esse cenário, por mais irracional que pareça, é perfeitamente possível, uma vez que o objetivo central do Governo será, permanentemente, o controle inflacionário, e, para isso, o Governo não deverá poupar esforços, nem se deter frente às resistências. Dentro desse mesmo cenário, devem-se prever, como conseqüências, dificuldades fis-

cais e cambiais, que o Governo responda ao estreitamento de sua margem de manobra com uma pesada reforma fiscal, com a aceleração das privatizações feitas provavelmente na forma de conversão da dívida externa em participação acionária estrangeira nas antigas empresas estatais, e, finalmente, se for inevitável, com algum novo tipo de moratória com relação aos ativos financeiros a serem descongelados em setembro de 1991. Esse cenário, o mais dramático de todos, no limite, aponta uma completa e paradoxal destruição da obra desenvolvimentista, com a liquidação de uma boa parte da indústria e o "haraquiri" do próprio setor público. Uma versão insuspeitável da proposta liberal de combate ao cartorialismo empresarial e do protecionismo estatal;

- 29) um cenário distinto para o desenvolvimento do "curto prazo" estabilizador aponta também para uma inflação resistente e um arrocho governamental progressivo. Mas, se o Governo contar com o apoio da maioria do Congresso Nacional para a manutenção de sua política restritiva e a acelerada aprovação de suas reformas institucionais, não é improvável que a guerra entre o Governo e os agentes econômicos acabe submetendo estes últimos antes da catástrofe completa. Nessa direção, podem-se esperar sucessivas tentativas de pactuação, com algum grau de sucesso, para interromper a explosão generalizada do darwinismo. A recessão não seria eliminada, as penalidades seguiriam grandes, e a arbitragem, indispensável. Mas estaria interrompida a guerra capaz de levar-nos a uma nova "crise da regência" e à desintegração de nossa combalida unidade nacional.

A probabilidade de cada um desses cenários concretizar-se dependerá enormemente da evolução da luta político-partidária, conduzida pelos governadores e pelas bancadas do Congresso Nacional. Em qualquer alternativa, contudo, o Governo deverá enfrentar uma batalha extremamente dura com empresários e trabalhadores dos setores privado e público e terá que se haver com convulsões sociais espasmódicas, alimentadas pelo avanço da recessão.

O "longo prazo", por sua vez, e como já vimos, só se iniciará com a retomada dos investimentos e de um crescimento continuado; não estando excluída a hipótese de que isso ocorra sem que as pressões inflacionárias estejam completamente controladas. Mas não acreditamos, entretanto, que isso se possa dar sem a aprovação das reformas institucionais e sem a estabilização das regras que pautarão o novo padrão de crescimento.

Resolvidas essas incertezas institucionais, é possível antever duas grandes alternativas de crescimento, compatíveis com o projeto neoliberal do Governo:

- 1º) por um lado, está a possibilidade de um crescimento com ativa orientação exportadora e que tenha um impacto gradual sobre o mercado interno, promovendo uma reincorporação mais ou menos rápida da população ativa aos mercados de trabalho e consumo;
- 2º) porém, por outro, está a alternativa de uma economia puxada pelas exportações, mas que reproduza e amplie mercados segmentados, internacionalizados e excludentes, apontando uma dualização ou heterogeneização social cada vez mais rígida, estanque e incompatível com o liberalismo político.

A afirmação real de uma dessas duas alternativas será fortemente dependente de qual venha a ser o novo padrão de financiamento. Excluída uma entrada massiva de capitais forâneos antes de um prazo de quatro a cinco anos, qualquer programa de investimento — orgânico ou segmentado — dependerá do destino que se logre dar às duas moedas disponíveis: a da dívida pública interna e a da dívida externa. Domadas, ambas alcançam um valor suficiente para repor a economia em funcionamento. Mas a transformação da primeira moeda em investimento passaria pela definição conjunta de uma estratégia econômica, envolvendo os setores titulares dos recursos, processo que suporia inevitável hierarquização de prioridades, algum grau de planejamento, mas, sobretudo, uma difícil arbitragem por parte de um governo que, por razões ideológicas ou de impotência política, preferiria apostar nas decisões do próprio mercado; enquanto a transformação da segunda moeda só se daria, provavelmente, na forma de conversão da dívida em ações das estatais — uma complicada troca de posições sem investimento, com um efeito paralelo nocivo ao objetivo central do Governo: o da estabilização.

A combinação de um "curto prazo" sem concertação social ou política com um longo prazo financiado sem uma estratégia orgânica nos entregaria um cenário de "terra arrasada", seguido de uma expansão "darwinista" no longo prazo, acumulando descontentamentos e pressões empresariais, setoriais e regionais sobre o Governo central.

Uma combinação inversa poderia diminuir o tempo e os custos do ajuste recessivo e desembocaria numa opção sistêmica e estratégica do processo de modernização da estrutura produtiva brasileira. Neste úl-

timo caso, um pacto em torno da política de rendas deveria evoluir para uma concertação em torno da distribuição dos recursos financeiros entre um número limitado de projetos estratégicos, o que seguiria provocando reações, sobretudo empresariais e regionais.

Mas a alternativa de uma concertação social em torno das políticas de renda e de investimento, se parece mais racional e promissora do ponto de vista de seus impactos sociais e políticos, terá uma implementação muito complicada. É complicada porque esbarrará, a todo momento e a cada nova tentativa, em condições materiais e sociais exponenciadas pela própria desregulação da economia. Assim, se a multiplicidade de atores e sua pouca representatividade foi até hoje um obstáculo às negociações, essa dificuldade aprofundou-se com a desindexação dos salários e o desnudamento da imensa heterogeneidade e desigualdade que separa os vários segmentos dos assalariados; o mesmo valendo para os vários representantes do capital, com margens de lucro, produtividades e interesses, portanto, tão distintos que se faz quase impossível imaginar consenso ou mesmo a afirmação incontestada da hegemonia de algumas das facções do capital, sobretudo num quadro de ausência ou esfacelamento partidário.

Esse problema da representatividade prolonga-se e alarga-se não só pela multiplicidade de pautas propostas pelos vários atores e pela indisposição preliminar do Governo para abrir mão de suas decisões político-econômicas relativas ao curto prazo, mas, sobretudo, pela falta de orientação por parte do Governo no sentido da distribuição estratégica dos recursos financeiros responsáveis por qualquer política de investimentos.

Não podemos desconhecer, por fim, a incoerência de uma proposta de pactuação, cuja orientação ético-política se mantém no plano utilitário da defesa das vantagens futuras. Nesse ponto, aliás, o projeto neoliberal enfrentará a todo momento sua contradição mais importante para o que estamos tratando: estará propondo uma prolongada autocontenção em nome de uma utopia de mercado, fundamentalmente consumista ou hedonista. Assim mesmo, não se pode descartar a possibilidade de que sucessivos choques "arrochantes" acabem submetendo os vários atores sobreviventes à inevitabilidade de algum tipo de pacto que se assemelhará mais, nesse caso, a uma "rendição". Essa rendição também só deverá ocorrer se o Governo dispuser, além de seus instrumentos de disciplinamento econômico, de um verdadeiro e incontestável poder de coerção e, portanto, simultaneamente, de estabilização política das expectativas, o que nos remete ao problema das relações do Governo com os partidos políticos, com a opinião pública e com o futuro Congresso

Nacional (a ser eleito a 3 de outubro de 1990), com as outras instâncias descentralizadas do poder público e, finalmente, com o próprio Poder Judiciário.

3 — Programa político

Sabidamente, o Presidente Collor elegeu-se sem uma organização partidária sólida e sem articulações políticas visíveis ou nítidas. Fez uma campanha presidencial assentada em sua própria pessoa, portadora de um projeto de mudança radical e de moralização e modernização da política e da sociedade brasileira, que o sintonizou, de forma direta, com uma opinião pública que rejeitava o passado e o Governo Sarney, sem exigir soluções e alternativas mais precisas. Na formação do Governo e na formulação de suas primeiras iniciativas, o Presidente procurou manter-se longe dos partidos, do Congresso e das próprias corporações empresariais ou sindicais. Apresentou seu plano econômico de forma abrupta e impositiva e, a partir daí, sempre buscou os apoios necessários após a tomada das decisões. Mas também foi nessa primeira hora que o Presidente, com o anúncio de seu programa econômico e de reformas institucionais, se alinhou de forma nítida e inequívoca com um projeto neoliberal de transformação da sociedade e da economia brasileira. Fazendo uso continuado das medidas provisórias consagradas na nova Constituinte, o Presidente tem surpreendido a opinião pública, desarticulado os "lobbies" defensivos, mas, sobretudo, manteve até aqui, o Congresso Nacional na defensiva, uma espécie de avalista "ex-post" de medidas e políticas já definidas e implementadas. Mostrando extraordinária determinação em suas decisões e forte coerência em seu liberalismo econômico, o Presidente tem conseguido conduzir o "curto prazo" de sua política, sem uma base parlamentar majoritária e constante e sem uma coalisão social ou política mais visível. Comandando uma equipe de técnicos coesa e disciplinada, Collor ocupou o vazio deixado pelo fracasso do Governo Sarney e pelo despreparo da sociedade organizada, e do próprio Congresso Nacional, para atuar frente a um estilo presidencial ausente do País há mais de uma década. Nesse atropelamento voluntarista, o Presidente soube fazer uso, igualmente, da perplexidade gerada nas forças conservadoras e progressistas por seu programa econômico. Divididos e sem alternativas, os vários partidos e bancadas parlamentares vêm enfrentando este ano eleitoral numa postura de expectativa ou com um comportamento meramente reativo às iniciativas presidenciais.

Mas o efeito-surpresa, a determinação e a perplexidade políticas não devem manter-se para sempre. Pelo contrário, as reações vão se or-

ganizando paulatinamente, ainda quando assumam a forma silenciosa do desrespeito às determinações econômicas da autoridade governamental.

Ao contrário da fase inicial, em que o Governo, ocupando um imenso vácuo político e ideológico, desmontou regras e instituições associadas ao funcionamento do Estado desenvolvimentista em crise, na fase seguinte, de construção de um novo modelo ou padrão de Estado em economia, o Governo não poderá dispensar o apoio ativo de uma base política que lhe permita "gerar" comportamentos fundamentados na colaboração, ou, simplesmente, em sua coerção legal e política.

Para isso, será indispensável o alinhamento do Poder Judiciário às diretrizes centrais da estratégia econômica governamental, em particular, da Justiça do Trabalho, com o que estaria barrado, legalmente, o caminho judiciário para a recomposição das brutais perdas salariais impostas pela política de estabilização econômica. Assim também com as greves, que poderiam facilmente ser ilegalizadas e combatidas pela autoridade pública ou pela empresa privada. Caso isso não ocorra, o Governo rapidamente entrará em choque e será desautorizado pelo Poder Judiciário, o que o colocaria em linha de ilegalidade, fragilizando-o frente ao Congresso e aos próprios agentes privados da economia.

Em seguida, a posição do poder presidencial reforçar-se-á na medida em que logre o alinhamento incontestado e a submissão hierárquica das Forças Armadas. Enfrentará as dificuldades salariais sérias nessa frente, podendo, entretanto, compensá-las com dotações orçamentárias maiores para os projetos estratégicos das Forças Armadas. Terá como aliada, ademais, nessa "frente", a confusão ideológica reinante também entre militares que sempre apoiaram o intervencionismo estatal em nome de um projeto nacional e que hoje ainda não se familiarizaram com a nova geopolítica econômica de tipo liberal e pouco nacionalista. Também ali, o Presidente contará com a vantagem, portanto, de um vazio ideológico, para não mencionar a mais completa resistência de nossas elites, hoje, a qualquer reaparecimento militar que possa repor o ideário intervencionista. Nesse sentido, os militares estão ideologicamente confundidos e politicamente isolados, a menos que venham a ser convocados pelo próprio Presidente da República, em alguma situação extrema de enfrentamento social e de bloqueio parlamentar. Mas, nesse caso, as Forças Armadas teriam que intervir em nome da ordem e, portanto, do projeto em andamento. Desenhar-se-ia, então, a possibilidade de um "fascismo de mercado", como já se chamou um dia a ideologia econômica neoliberal da ditadura chilena do General Pinochet.

A relação direta e inorgânica do candidato e do Presidente com seus "descamisados" e com a população em geral fez da "opinião pública" e de seus humores, desde a primeira hora, o seu recurso de poder fundamental. Apoiado nele, vem enfrentando os seus primeiros meses de governo. Mas o próprio conceito de "opinião pública" e sua forma de aferição fazem desta base ou do poder presidencial um instrumento que pode ser ineficiente ou mesmo contraproducente se o Governo vier a enfrentar as dificuldades mais agudas de sua política e a impopularidade inevitável de uma recessão e de um forte arrocho salarial. A inorganicidade e a volatilidade desse fenômeno, hipostasiado pelas pesquisas e submetido quase exclusivamente ao manejo dos meios de comunicação, explicam seu comportamento extremamente errático. Se apóia o Presidente um dia, como o fez massivamente com o Presidente Sarney, pode abandoná-lo logo em seguida, colocando o governo sem uma base sólida de apoio político frente à situação dramática.

Nesse sentido, se o Presidente, solidário, seguir invariavelmente a lógica da opinião pública, será também obrigado a um comportamento errático insustentável do ponto de vista das expectativas econômicas e catastrófico do ponto de vista político. Mas se se opuser a exigências da opinião pública, poderá perder sua principal base de sustentação. Para conduzi-la, necessitará de alguma mediação orgânica, ou terá que encontrar algum inimigo externo, catalizador da insatisfação coletiva. Se esse inimigo vier a ser o assalariado, ou mesmo o empresariado, caminharíamos, com alta probabilidade, em direção a uma experiência fascistóide.

Até o momento, o Governo tem contado com o apoio majoritário da imprensa falada, escrita e televisiva, que vem cumprindo o papel de formador de opinião e de mediador inorgânico entre o Governo e a sociedade. Esse apoio pode não ser permanente, ou ficar insuficiente, o que repõe a necessidade de que o Governo construa uma base política mais sólida e organizada, a partir das eleições dos governadores e parlamentares em outubro de 1990.

Não é improvável que a safra de governadores eleitos seja majoritariamente favorável, e por um bom tempo, à política econômica e à estratégia reformista do Governo. Mas esse apoio retórico sofrerá qualificações progressivas, ainda quando a maioria dos governadores provenha da velha Aliança Democrática formada por Tancredo Neves.

Em primeiro lugar, cabe aos governadores governar e, em seu conceito, fazer obras, o que demanda recursos que poderão ser estrangulados pela política fiscal restritivíssima do Governo Federal. Não é im-

provável um crescente "assalto ao caixa", com pressões e contra-pressões que, escondidas atrás de uma mesma retórica liberal e contencionista, acabarão afetando o comportamento das bancadas regionais por cima de sua filiação partidária.

Em segundo lugar, um bom número dos novos governadores tem pretensões presidenciais, o que, se não os puser em rota de enfrentamento com eventuais intenções continuistas de Collor, certamente os porá contra a adoção de um sistema de governo parlamentarista, apoiado, em princípio, pelo próprio Presidente da República.

Tudo nos leva a crer, portanto, que o verdadeiro núcleo do poder político do Presidente se construa com os partidos e suas bancadas parlamentares empossadas em 1991; será aí que se desenharão os caminhos da estabilização e da reforma econômica, assim como os do futuro de nossa institucionalidade democrática. Nesse ponto, há que lembrarmos que, se nossa "transição democrática" enfrentou dificuldades inesperadas devido a sua contemporaneidade com o colapso financeiro do Estado desenvolvimentista, nossa "consolidação democrática" estará vivendo, nesse seu primeiro quinquênio, com um verdadeiro processo de **"state rebuilding"**. Assistiremos, assim, a uma redefinição de regras, simultaneamente à máxima intensificação do próprio conflito. Não sendo necessário lembrar que, depois de uma década de reformas partidária e sindical, os vários grupos de interesse ainda não encontraram sua verdadeira identidade ideológica, nem sua melhor representação orgânica. Nesse sentido: Estado, sistema partidário e organizações sindicais aparecerão, nesta fase de consolidação democrática, como sujeitos e objetos da mesma transformação.

Nessa análise das relações do Governo com o novo Congresso, eliminemos, de partida, duas alternativas extremas, muito pouco prováveis: a de que o Governo fique reduzido a uma minoria insignificante no Congresso; e a de que tenha imediatamente uma maioria absoluta constante e incondicional.

No primeiro caso, o Governo ficaria sem nenhum poder de coerção legal, e os efeitos sociais e as resistências à sua política econômica deveriam extravasar o plano do "mercado", atingindo o comportamento de um Congresso que poderia desautorizar o Governo, criando uma situação de incerteza que liquidaria qualquer possibilidade de estabilização econômica. Nesse caso, só restaria ao Governo ou uma escalada autoritária, de tipo bonapartista, ou em direção a uma aliança militar na linha do "fascismo de mercado" que mencionamos anteriormente. Se esse caminho lhe for barrado, a oposição deverá optar pela mudança do sis-

tema de governo, precipitando um parlamentarismo que nasceria como veto a uma política econômica e, portanto, em nosso entender, condenado a deslanchar uma crise pior que a dos anos 80.

Na segunda alternativa, o Governo disporia de um poder total que, somado à eventual submissão da Justiça do Trabalho e da "mídia", lhe permitiria levar a cabo, a qualquer preço, sua política de ajuste e suas reformas institucionais. A Constituição seria adequada às novas idéias liberais, e o mais provável é que o sucesso econômico do Governo o levasse à proposta de uma mudança constitucional que permitisse o continuismo do Governo Collor como única forma de estabilizar expectativas até o final da década, viabilizando a retomada do crescimento econômico.

Mas essas alternativas não nos parecem verossímeis. O mais provável é que o Congresso mantenha uma composição não muito diferente da atual e que, portanto, o Governo disponha de uma base de apoio imediato pluripartidário, reunindo as várias siglas conservadoras que já o apoiaram durante o ano de 1990; uma base que, numericamente, pode chegar a ser inclusive majoritária, mas que estará sempre perpassada por clivagens fisiológicas ou cartoriais, de tipo regional, setorial ou diretamente corporativo. Clivagens responsáveis pelo surgimento de grupos extremamente sensíveis ao poder e aos recursos federais, mas igualmente sensíveis às pressões locais das forças que os elegeram, numa eleição marcada pelo localismo conservador. Essa base deve aprovar seu conjunto, as reformas centrais da estratégia liberal, mas não deve acompanhar o Governo, incondicionalmente, naquelas decisões que afetam seus "espaços cartoriais", o que implicaria um jogo de pressões e trocas, nocivo à imagem construída por Collor.

Se essa hipótese estiver correta, o Presidente terá dificuldades na organização e condução de um "partido da ordem". Por isso, certamente, preferiria mantê-lo vivo em torno às questões centrais de seu interesse, estabelecendo um relacionamento bonapartista com suas várias frações, que o impermeabilize e o transforme em árbitro frente às questões localistas.

Essa amálgama, contudo, por mais subserviente que seja ao poder, não será serviço completamente confiável. Nesse sentido, o Presidente deve buscar, primeiro, um pacto político-partidário, o mais amplo possível, envolvendo, pelo menos, as duas siglas siamesas, PMDB e PSDB, além de sua base natural de apoio; um pacto em torno das questões essenciais da política econômica, sem participação direta e obrigatória dos sigmetóricos, na responsabilidade do Governo.

Na impossibilidade do pacto, o Presidente deverá tentar contrabalançar o fisiologismo de sua base natural com uma coalisão com o centro social-democrático. Nesse caso, a melhor alternativa deveria ser com o PSDB, que não elegerá muitos governadores e lhe oferecerá uma imagem intelectual e ética que, a despeito de tudo, se afirma descomprometida do passado peemedebista da Nova República, oferecendo ao Governo, ademais, um estoque de quadros técnicos, capazes de contribuir para uma melhor operação do Governo e para um desenho mais estratégico de suas intenções.

Uma aliança com o PMDB agregaria ao gelatinoso e dividido PFL mais um grupo, com divisões internas importantes, um número significativo de governadores e um forte ressentimento com o próprio Presidente, que saiu de seus quadros. O mais provável, portanto, será uma relação lateral e pontual com o PMDB.

Uma coalisão desse tipo deve aproximar o Presidente da República do jogo partidário, sem diminuir o bonapartismo com que deverá administrar suas relações com os vários agentes, setores econômicos e sociais fragmentados. No essencial, Collor deverá manter-se permanentemente na posição de avalista e referência última, por princípios da ordem e da estabilidade monetária, condições indispensáveis do novo projeto neoliberal de modernização conservadora.

Essa base político-parlamentar permitiria ao Governo aprovar a linha mestra das reformas institucionais, associadas à sua estratégia político-econômica, e, certamente, encaminharia as reformas constitucionais de 1993 numa direção mais coerente com as novas idéias neoliberais. O PSDB, nesse sentido, passaria a ser peça essencial no fortalecimento da posição presidencial contra as pressões que voltarão a se fazer presentes na rediscussão dos capítulos constitucionais e que hoje estão em contradição com as idéias do Governo. A presença do PSDB representaria também um forte impulso em direção a uma política de concertação social, a despeito de que o partido, por si só, não disponha de base sindical. Além disso, essa coalisão, somada a um relativo sucesso econômico, seria o caminho mais curto e viável para a adoção do parlamentarismo. Na discussão do "sistema de governo", entretanto, a pressão dos governadores presidenciais será enorme e poderá gerar uma grande frente antiparlamentarista, que, se vitoriosa, talvez permita, em troca, a reeleição do Presidente, o que anteciparia um apoio dos tucanos a Collor em 1994.

Esse cenário róseo, contudo, pode ser fortemente afetado pelo avanço da recessão econômica e pelo eventual aumento das resistências empresariais e sindicais às penalizações que lhe serão impostas.

A resistência empresarial, como já vimos, deve-se manifestar, em um primeiro momento, através de seu comportamento perfeitamente racional em termos de mercado, porém contrário às diretrizes governamentais. Aqui, um cenário de enfrentamento que já comentamos e que pode ser investido a favor do Governo, caso este consolide sua base de apoio político. Nesse caso, o pragmatismo empresarial lhes indicaria apostar no longo prazo, confiando na eficácia compensatória de suas perdas imediatas, oferecida pela estabilização política das novas regras econômicas.

Mas essa resistência deve-se manifestar também como pressão sobre o Congresso Nacional, quando da discussão das reformas institucionais e constitucionais que estarão em votação entre 1991 e 1993. Não será novidade se voltarem a se enfrentar, nessa hora, duas visões opostas para o capitalismo brasileiro: a neoliberal, do Governo, da elite pensante conservadora e de amplos setores de capital internacionalizado, e a de um "capitalismo organizado defensivo", assentada, hoje, muito mais do que numa coalisão orgânica, na mera resistência, em geral silenciosa, dos grupos industriais e agrícolas atingidos, negativamente, pela desregulação "promovida pelo projeto liberal". Nesse embate, o recorte parlamentar deverá dar-se caso a caso, ainda que se mantenham os grandes alinhamentos, e a vitória final dependerá, em grande medida, do avanço da política de curto prazo e de seus eventuais sucessos postos sobre a mesa em sua devida hora pela figura arbitral do Presidente da República.

O conflito entre e com os empresários deverá, entretanto, acirrar-se, verdadeiramente, é na luta em torno da distribuição dos recursos financeiros escassos, pois não se vislumbra no horizonte desta década, ou pelo menos do período Collor, a possibilidade da afirmação da hegemonia completa de nenhuma das facções do capital em presença. Também aqui, como já dissemos páginas atrás, a arbitragem presidencial será decisiva, ficando em aberto a hipótese pouco provável de que ela possa obedecer a um programa hierarquizado e estratégico de decisões. E essa hipótese certamente se fortalecerá com uma eventual participação do PSDB na gestão do Governo e de sua estratégia econômica.

A resistência sindical e dos desempregados e marginalizados, entretanto, deverá seguir outro percurso e ter outras consequências. Caso o enfrentamento do Governo com os agentes econômicos seja prolongado e acabe atingindo o núcleo de "ponta" da indústria brasileira, onde viceja o sindicalismo de "resultado", é previsível uma unificação do movimento sindical contra a política salarial. E, nesse caso, o movimento sindical, por cima de sua heterogeneidade, somar-se-ia ao pro-

testo de outras organizações na defesa dos desempregados, dos marginalizados, etc. Se isso ocorrer, não é improvável uma sensibilização do Congresso Nacional, e uma vez mais poderíamos assistir ao fortalecimento do parlamentarismo como forma de mudança ou de veto da política econômica.

Mas há que termos presente que, se depois da eleição de outubro ocorrer um pacto político nacional ou se formar um governo de coalisão com algum(ns) partido(s) do centro social democrata, crescerá, como já dissemos, a probabilidade de uma concertação social.

Em síntese, e retomada a linha central de nossa argumentação, na hipótese de uma evolução econômica "darwinista", com enfrentamentos generalizados e arbitragens casuísticas feitas pela figura bonapartista do Presidente, apoiado apenas em sua "base natural" no Congresso, é de se prever uma reação social crescente, que deve organizar-se e repercutir sobre o Congresso Nacional. Nesse caso, o acirramento dos conflitos social e institucional, alimentado pela recessão e somado ao da infra-estrutura econômica e das condições de vida da população, aponta a desintegração social da Nação e pode reverter numa direção que atrole o processo simultâneo de consolidação democrática. Se a maioria do Congresso mantiver lealdade ao Presidente na manutenção dessa trajetória, teremos, depois de um ou dois anos, uma verdadeira "terra arrasada", fértil para uma escalada autoritária do Presidente, mas também para uma mudança golpista do sistema de Governo.

No primeiro caso, assistiríamos a um bonapartismo crescente, asentado num manejo rígido imóvel da moeda e da ordem; na arbitragem, caso a caso, dos conflitos intercapitalistas; no curvamento incondicional do recesso salarial; na desmontagem completa do Estado desenvolvimentista; e na espera "liberal" de uma reação do mercado favorável à estabilização das expectativas.

No segundo caso, só não teríamos um imenso caos econômico e social se a mudança do sistema de governo fosse acompanhada por uma ampla concertação política e social, movida pela idéia de "salvação nacional".

Na hipótese contrária, em que ocorra ou um pacto político que sustente, à distância e dentro de certos limites, uma gestão autônoma do Governo Collor, ou uma coalisão partidária que inclua o PSDB — mais provavelmente que o PMDB —, o poder de coerção do Governo deve obrigar a algum tipo de pactuação social, ainda que limitada aos setores mais dinâmicos da economia.

Devido à complexidade dos conflitos antecipáveis para a primeira metade da década, qualquer previsão política sobre a segunda parte dos anos 90 fica prejudicada. Não há espaço para projeções lineares. No "tempo longo" do projeto liberalizante, entretanto, se todas as etapas anteriores forem vencidas exitosamente, o problema central estará posto pela natureza mais ou menos inclusiva do novo ciclo de crescimento. Seguindo a hipótese que vimos desenvolvendo, esse crescimento será moderado e conviverá ainda longo tempo com altas taxas de desemprego e com a ameaça constante de retorno dos desequilíbrios macroeconômicos. Não vemos, nesta década, espaço para consecução de uma economia de consumo de massas.

Se todas as etapas anteriores forem vencidas exitosamente e no menor tempo possível, o que é muito pouco provável, o "longo prazo" da retomada do crescimento pode ser comandado por algum tipo de partido ou confederação "da ordem" que se consolide durante a primeira metade da década ou pela coalisão entre liberais modernizantes e social-democratas liberais. Nesse caso, é quase certa a transição para um governo parlamentarista, com a consolidação de uma democracia liberal fortemente pressionada por conflitos sociais, centrada na ampliação da cidadania e da inclusividade do modelo. Um sindicalismo combativo ou mesmo de conflito, mas competitivo. Nesse sentido, um sindicalismo belicoso, porém de "resultados".

Mas, se as etapas anteriores não forem vencidas, ou seus objetivos forem completamente alterados, as perspectivas serão outras. A trajetória institucional dependerá, como já dissemos, da resultante dos conflitos que se adensarão entre 1990 e 1993. A eventual derrota do projeto neoliberal transferirá para uma oposição rearticulada a responsabilidade de um projeto alternativo de transformação da sociedade brasileira.

Porém, se essa rearticulação é previsível, ela se enfrentará ainda por um bom tempo com uma dificuldade que não tem caráter orgânico, mas, sim, ideológico. O consenso em torno da preeminência da luta antiinflacionária e a falta de uma estratégia de estabilização alternativa obrigaram todos os partidos a uma adesão tácita ao projeto de estabilização e a reformas econômicas do Governo.

Nesse sentido, a prolongação da luta antiinflacionária terá um efeito inibitório pró-consensual sobre o espectro partidário até o limite em que os seus estragos sociais alimentem e vitalizem politicamente um projeto alternativo de estabilização.

Todavia a ausência de alternativas claras não tem a ver apenas com o consenso antiinflacionário do curto prazo. Tem a ver também, e

sobretudo, com a ausência de novas idéias a propósito de uma estratégia de longo prazo alternativa ao projeto neoliberal. A crise dos grandes paradigmas ideológicos somada à crise da ideologia desenvolvimentista deixaram o campo aberto à hegemonia neoliberal. Só o tempo conseguirá transformar as resistências objetivas em projeto alternativo, viabilizando o casamento desses projetos com o quadro partidário que se irá delineando no decorrer da década. Nessa direção, contudo, o que hoje se apresenta como alternativa leva invariavelmente o nome de social-democracia, mesmo que ninguém consiga saber o exato significado brasileiro dessa proposta.

4 — Projetos alternativos

No plano das idéias ou das estratégias alternativas ao neoliberalismo, embaralham-se, no momento, vários e confusos projetos. Quase toda a oposição e parte do próprio Governo autoproclamam-se social-democratas. Mas, se descartarmos os que se autoproclamam social-democratas apenas por suas "preocupações sociais", diríamos que o espaço ideológico social-democrata brasileiro se decanta, hoje, em torno de três eixos básicos. Os três compartilham uma posição crítica frente ao "modelo de crescimento" que vigorou nas últimas décadas, porém divergem amplamente sobre os caminhos do futuro.

Uma primeira vertente articula-se em torno do que alguém chamou, em algum momento, de necessidade de um "choque capitalista" na economia brasileira; um conjunto de idéias que não divergem essencialmente dos objetivos últimos do projeto Collor, coincidem com sua proposta de estabilização e de abertura da economia e defendem um papel idêntico para o Estado e para o mercado. Divergem do encaminhamento autoritário-tecnocrático de Collor e propugnam um grande pacto social que diminua o efeito recessivo e o custo social da política de ajuste macroeconômico e de transformação estrutural. Nesse sentido, identificam-se mais com a estratégia neoliberal espanhola do que com a Sra. Thatcher. Essa vertente é a grande candidata a uma coalisão corretiva de um projeto Collor relativamente liberal ou darwinista.

A segunda vertente, mais nítida em sua retórica crítica do que propositiva, articula-se em torno da idéia-força do que alguém caracterizou, em algum momento, como a causa central da crise brasileira: "as perdas internacionais". Não há consenso dentro dessa corrente sobre uma política de estabilização econômica, embora seus representantes mais expressivos propugnem algo análogo à política em curso do

Presidente Collor. Ela adquire maior clareza, entretanto, ao se propor a uma política de enfrentamento do plano externo, com uma renegociação dura da dívida, o que, certamente, afastaria os capitais internacionais e obrigaria a uma retomada do projeto de desenvolvimento semi-autárquico, numa linha que exigiria o endurecimento do padrão desenvolvimentista, seguido pelo Brasil até os anos 80, com uma proteção mais ativa das pequena e média empresas voltadas para o mercado interno. Sem o apoio empresarial, esse projeto certamente desembocaria num aumento do papel do Estado. Não há nitidez sobre a forma em que seria financiada essa ação estatal, nem tampouco de como seriam contornadas as dificuldades econômica e política de um projeto capitalista sem adesão empresarial.

Uma terceira vertente se constrói em torno da idéia que alguns chamariam de "capitalismo organizado". Um projeto cujo desenho, ainda menos nítido que o dos outros dois, ora aponta para as idéias cepalinas, ora para a trajetória bem-sucedida dos desenvolvimentos asiáticos, em particular, os da Coreia e do Japão. Supõe, ao contrário dos neoliberais, um Estado forte e estruturante, que submeta a política de crédito e incentivos a uma estratégia de produção, concebida em conjunto com os grandes grupos empresariais. Um Estado, entretanto, que aceite a diminuição de seu papel produtivo em troca de uma ação concertada e permanente sobre o mercado, com vistas a objetivos estratégicos que incluam, além da estabilização e do crescimento, o emprego e a proteção social da população. Esse projeto, provavelmente, não dissenteria da política imediata de estabilização do Governo Collor, nem da necessidade de abertura controlada da economia brasileira, mas submeteria ambas a seu desenho estratégico de longo prazo, o qual, longe do padrão desenvolvimentista anterior, suporta uma adesão ativa e competitiva do empresariado.

Essas idéias terão papel decisivo nos conflitos e negociações que se anunciam na sociedade e no parlamento durante os próximos anos. Entretanto só se enfrentarão no desafio cabal da experimentação histórica, se conseguirem fazer-se governo, o que passará pela organização partidária do escalão social-democrata, pela sua força eleitoral e, evidentemente, pelo grau de sucesso do experimento neoliberal do Presidente Collor.

Do ponto de vista partidário, o mais provável, no transcurso da década, é a decantação dessas idéias em torno de duas siglas que, no momento, se assemelham mais ao PT e a uma recomposição do velho MDB. O PDT, que deve desaparecer com a inevitável perda de sua liderança carismática, terá, entretanto, um peso decisivo no "imbróglio" dos anos

1990/93. Nesse tempo que cobre o período crucial do Governo Collor, a provável polarização entre a liderança do ex-Governador Brizola e a do Presidente deve-se projetar sobre os demais partidos, obrigando a um falso embate entre estatismo autarquizante e neoliberalismo de mercado, o que encobrirá interesses extremamente heterogêneos, ao nível da sociedade e da economia, situados em ambos os lados da polarização. Com isso, não é improvável que, nas negociações que se darão em torno das reformas institucionais propostas pelo Presidente Collor, o espaço social-democrata seja hegemonizado por um "estatismo nacionalista", suficientemente vago para acobertar todas as posições antiliberais do cartorialismo empresarial ao sindicalismo de conflito.

Mas, no médio prazo, se as reformas neoliberais avançarem e/ou se impuser o sistema de governo parlamentarista, a sigla pedetista deve perder influência, e é provável que a social-democracia de cunho neoliberal imponha sua hegemonia no espaço político de centro-esquerda. Forçado à oposição, no curto prazo, o PSDB deverá ser homogeneizado pelo seu grupo mais estatista. Uma participação sua no Governo, entretanto, dificilmente deixará de ser comandada pela sua ala partidária de uma social-democracia neoliberal, ou, no limite, de uma "economia social de mercado". Nessa segunda eventualidade, não será absolutamente impossível que o PT venha a ocupar o espaço pela luta sindical, cumprindo "malgré soi même" o papel de base sindical e de ala esquerdista da social-democracia; uma ala ligada à luta pelo emprego, salário e proteção social, e pelo avanço da cidadania, mais do que por uma estratégia alternativa da condução do capitalismo brasileiro.

Cremos que a vertente ideológica do "capitalismo organizado" deverá, em um primeiro momento, ornamentar o discurso estatista que se oporá, nas negociações parlamentares, à ofensiva liberal. Mas, a médio prazo, esse discurso poderá aglutinar as resistências empresariais em torno de um projeto de governo alternativo, que tenha no PMDB (pau-lista?) o carro-chefe de uma frente política que contará com o eventual apoio de "setores nacionalistas" do PDT e do próprio PT.

5 — Nota final

Todos os caminhos, como vimos, reconduzem às eleições críticas de outubro de 1990 e às lutas parlamentares que se estenderão até 1993.

Nesse período, a situação mais provável de uma maioria governamental instável no parlamento abrirá portas a um jogo complicado de

negociação, que alterará a rota inicial do projeto Collor, na pior das hipóteses, com o retorno ao padrão desenvolvimentista anterior, só que sem apoio externo, o que significa o "círculo quadrado", e, numa hipótese mais provável, com o avanço por um caminho que não nos levará jamais nem a um modelo liberal, nem a um modelo orgânico acabado, devolvendo-nos a nossa "especificidade" histórica das contradições de um capitalismo tardio, que, ademais de tardio, foi, é e seguirá sendo periférico.